

O PUNHO E A ROSA

REVISTA DO MOVIMENTO SINDICAL DO PDT RJ - DEZEMBRO DE 2023 - ANO I - Nº 01



TRABALHO E SAÚDE

OS IMPACTOS DO AMBIENTE DE TRABALHO NA SAÚDE MENTAL

PREVIDÊNCIA EM FOCO

A RESISTÊNCIA DE BANCOS COM A REDUÇÃO DOS JUROS CONSIGNADOS EXPÕE O PERFIL PREDATÓRIO DO MERCADO

MEIO AMBIENTE

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADAS AO CONSUMO. É TEMPO DE REPENSAR NOSSOS HÁBITOS

MARCO REGULATÓRIO

NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO: UM GRANDE PASSO AO FUTURO

ENFERMAGEM

O PISO QUE VIROU TETO...

PETROBRÁS

OS 70 ANOS DA MAIOR ESTATAL BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL E OFFSHORE

O SETOR QUE JÁ CHEGOU A CONTAR COM 80 MIL EMPREGOS, HOJE REDUZIDOS A CERCA DE 15 MIL.

PRIVATIZAÇÕES PATROCINADAS

BNDES FINANCIA EMPRESAS PRIVADAS QUE PRIVATIZAM O SETOR PÚBLICO

E muito mais.....



Observando o passado, dialogando o presente e mudando o futuro!

E neste ato nasce O PUNHO E A ROSA...

Uma ideia alimentada pelos companheiros partidários do movimento sindical, e impulsionada pela quantidade de material e textos que recebemos de vários companheiros tratando de universos distintos e heterogêneos, mas que se encaixaram de alguma maneira nas suas diversidades em um copilado interessante e rico, que apontou fazer todo sentido estarem somados neste projeto, apontando conjunturas, cenários, universos e situações do mundo do trabalho, que tratamos diariamente, e que posicionam o partido exatamente onde ele sempre se alocou na história: do lado do trabalhador, do povo, dos mais necessitados, das pessoas comuns do dia a dia! E isso nos mostra que o PDT evolui, se renova, mas segue firme com suas convicções ideológicas, pois são elas que nos dão sentido.

Destas convicções históricas trazemos o título de nossa revista, que faz referência ao emblema adotado desde a criação do Partido Democrático Trabalhista, em 1979, mas vai muito além... O punho traz a referência dos valores humanos e democráticos, e nos remete a luta, a conquista, a garra. A rosa nos remete aos conceitos socialistas, a igualdade, o amor ao próximo, a justiça. Juntos, além de trazer um tom poético, apresentam nossa direção a seguir, não deixando dúvidas de que o partido do TRABALHISMO segue firme na construção de um mundo melhor baseado nestas convicções que primam pelo SOCIAL e pelo HUMANO.

E nesta conjuntura de luta pela recuperação e conquistas de direitos, principalmente no mundo do trabalho, o Movimento Sindical do PDT RJ apresenta aqui uma pequena parcela de nosso trabalho, de nossas lutas, de nossas convicções, para que isso motive ainda mais os trabalhistas na construção de uma sociedade mais justa e sem esta distancia absurda entre as classes sociais.

Esperamos que todos curtam este material preparado com tanto carinho e zelo, apesar dos prazos apertados que nos impomos devido a nosso Congresso Extraordinário, em 11 de dezembro de 2023, data de lançamento desta edição, que abre para o futuro a possibilidade de ser periódica.

Por fim, aproveitamos para lembrar uma frase de Darcy Ribeiro, que tomamos para nós, no Movimento Sindical, como dogma:

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca!”

Eduardo Chamarelli
Presidente do Movimento Sindical do PDT RJ



Índice

EMPREGO E RENDA: O QUE NÃO PODE DESAPARECER SÃO OS TRABALHADORES!	04
Luiz Carlos Serafim	
PETROBRAS 70 ANOS	08
Movimento Sindical	
SANEAMENTO: PELO FIM DO FOMENTO A PRIVATISTAS	10
Vitor Duque	
HISTÓRIA E CONJUNTURA: O SINDICALISMO NO BRASIL	12
Paulo Bastos e Luiz Marcel Loreiro Motta	
MEIO AMBIENTE: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CONSUMO	14
José Roberto Paiva	
SAÚDE: NEOLIBERALISMO E PSICOLOGIA DO TRABALHO	16
Magno Loschiavo	
METALÚRGICOS: A RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL E OFFSHORE	20
Fabiano Sathler	
HISTÓRIA TRABALHISTA: BRIZOLA, A FORÇA DO POVO	23
Rafael dos Santos	
SERVIÇO PÚBLICO: MARCO REGULATÓRIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO	26
Eduardo Chamarelli	
ENFERMAGEM: O PISO QUE VIROU TETO	28
Elaine Fontes Leão	
PREVIDENCIA; MINISTÉRIO DO LADO DO POVO!	29
Movimento Sindical	
APOSENTADOS: QUINQUÊNIO E JUROS DO CONSIGNADO	30
Milton Cavallo	
DIREITO, SINDICALISMO, LITERATURA & TRABALHISMO	32
Lançamento de livros e revistas	



O que não pode desaparecer são os trabalhadores!

LUÍS CARLOS SERAFIM

A partir dessa defesa de Ciro Gomes, feita durante a campanha presidencial do PDT em 2022, discutiremos neste artigo a política pública do trabalho, emprego e geração de renda pelo referencial histórico de sua criação como política de estado; resumiremos sua tarefa e atividade finalística; ampliaremos as reflexões sobre os desafios nessa quadra histórica da revolução tecnológica 4.0, acelerada pela crise pandêmica que vivemos e resumiremos nossas ações na Secretaria Municipal de Trabalho e Renda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A HERANÇA VARGUISTA

Não é demasiado falar que a história registra como legado dos trabalhistas no Poder a transformação da política pública do trabalho, emprego e geração de renda como política de estado com a criação do Ministério do Trabalho no Brasil, durante o governo revolucionário de Getúlio Vargas em 1930. A historiadora Ângela de Castro Gomes produziu em 2007 a excelente obra “Ministério do Trabalho: Uma história vivida e contada”, com diversos depoimentos que servem para ilustrar essa questão.

A política de trabalho, emprego e geração de renda estabelecida como política de estado, por Vargas, desde o início fora atacada e esteve ameaçada, inclusive por setores tidos como progressistas. Porém, só em 2019, o governo entreguista de Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e ficaram patentes os retrocessos e desmontes dessa política em todo o país.

Como dissemos, o Brasil já vinha numa

escalada de retrocessos e desmontes das políticas atinentes ao mundo do trabalho e ganhou mais ênfase com as Contrarreformas Trabalhista de 2017 e Previdenciária de 2019, a primeira durante o golpe de Temer e a segunda por Guedes/Bolsonaro, que aprofundaram a flexibilização, a precarização e a insegurança jurídica nas relações de trabalho, inclusive no setor público. Há de se ressaltar que não superamos os efeitos nefastos desses últimos 6 anos, mas já se observa no atual governo Lula uma retomada responsável das políticas atinentes ao mundo do trabalho e caberá à classe trabalhadora um importante papel na superação das mazelas que atormentam os trabalhadores e trabalhadoras.

Em todo lugar do país, o Partido Democrático Trabalhista trata a política de trabalho, emprego e geração de renda como cláusula pétrea no modelo republicano e foi com essa premissa que ingressou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra a extinção do Ministério do Trabalho, em 2019.

Mesmo não sendo bem-sucedido nessa ADI, o PDT se manteve na trincheira da luta pelos interesses do povo brasileiro e assistiu o fatiamento dessa política que fora distribuída pelos Ministérios da Cidadania, Economia e Justiça e Segurança Pública, que compunham aquele governo confuso.

A POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Em resumo, cabe à política pública de trabalho, emprego e geração de renda a promoção de políticas de incentivo à aprendizagem e ao primeiro emprego; a responsabilidade pela

assistência ao trabalhador que ficou desempregado, a partir do acionamento do seguro-desemprego, e - para os considerados aptos ao recebimento - o abono salarial; estendem-se responsabilidades com a intermediação de mão de obra para as empresas, normalmente, pelo SINE e fomento às ações de qualificação e de capacitação profissional da população; com a sofisticação do mundo do trabalho e implementação do empreendedorismo, deve planejar políticas de microcrédito e políticas voltadas para a economia popular solidária; deve, também, estabelecer prestação de contas e avaliar os impactos e as evidências do desenvolvimento da política de trabalho, emprego e geração de renda por meio da produção de informações sobre o mercado e o novo mundo trabalho; deve planejar o resultado esperado com o incentivo à geração de emprego e de renda; e, como prerrogativa da Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho não extensiva aos outros entes, promover a fiscalização do trabalho, que priorize o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, observado seu compromisso com a proposta de trabalho decente.

Repetindo, como essa política sempre esteve sob ataque, até o final da década de 1980 o sistema público de emprego nos moldes que temos, ainda não havia se consolidado no País e só garantimos um programa de amparo ao trabalhador desempregado mais consistente a partir da Constituição de 1988.

A história da classe trabalhadora no Brasil é marcada por luta, pois apesar dos ataques e revezes sofridos na produção da política de trabalho, emprego e geração de renda no Brasil, o Ministério do Trabalho foi criado em 1930; a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966; o Programa de Integração Social (PIS) e o de Formação do Patrimônio Público do Servidor Público (PASEP) em 1970; o Sistema Nacional de Emprego (SINE) em 1975; o Seguro-desemprego em 1986; até chegarmos na Constituição da República de 1988 e essa política ter sido mais refinada no espírito da Constituição Cidadã, como o foi no caso do Programa Seguro-desemprego que passou a ser eixo organizador de um conjunto de benefícios e serviços que se referiam às políticas de trabalho e emprego.

Na criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e no Conselho Deliberativo do FAT (Condefat) em 1992, regulamentando a proposta constitucional do Seguro-desemprego, por Lei Federal, foram consolidadas as políticas públicas voltadas para assistência ao



Na obra “Projeto Nacional: O dever da esperança”, Ciro Gomes se propôs a fazer “Apontamentos para uma Nova Prática” e descreveu o seguinte, no tópico “Proteger o trabalhador, não o trabalho”:

“Não há nada de inexorável no futuro, e volto a dizer que a melhor maneira de o prever é construí-lo.”

“Parece evidente que o avanço da tecnologia da informação e da robótica vai eliminar a maior parte dos empregos que existem hoje, isso é apenas uma questão de tempo.”

“O que não podemos ter certeza é se aparecerão outros empregos diferentes como consequência dessas tecnologias, como aconteceu em outras revoluções tecnológicas.”

“Pode ser que, com o avanço da inteligência artificial, isso não se repita.”

“No entanto, o desespero com isso é absurdo. Devemos incentivar o desaparecimento de tipos de trabalho que não são mais necessários ou em que a máquina seja mais produtiva que o ser humano.”

“O que não pode desaparecer são os trabalhadores.”

(GOMES, 2020)

desempregado, administração do seguro-desemprego e do abono salarial; as políticas ativas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra para inserção no mercado de trabalho; e as políticas de crédito produtivo.

Apesar dos programas serem desenvolvidos de forma descentralizada nas unidades do SINE, sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, esse sistema público de trabalho e emprego tem sua política centralizada no Ministério do Trabalho, que detém a responsabilidade de coordenação e supervisão do sistema. Quando foi instituído, pelo Decreto n.º 76.403 de 1975, sua finalidade era promover a intermediação da mão-de-obra.

“O PDT se manteve na trincheira da luta pelos interesses do povo brasileiro e assistiu o fatiamento dessa política que fora distribuída pelos Ministérios da Cidadania, Economia e Justiça e Segurança Pública, que compunham aquele governo confuso.”

Na instituição do Programa Seguro-desemprego, no período pós CF/88, os recursos para custeio e investimentos passaram a vir do FAT e as normas e diretrizes passaram a ser elaboradas pelo Ministério do Trabalho e pelo Condefat, contemplando, para além do pagamento do benefício, as ações de qualificação e capacitação profissional, de intermediação de mão-de-obra, de geração de informações sobre o mercado de trabalho e de apoio operacional aos programas de geração de emprego e renda. Ainda, com exceção do pagamento do prêmio do seguro que é feito pela Caixa Econômica Federal, as demais ações do programa do Seguro-desemprego são feitas pelo Ministério do Trabalho em articulação com os Estados e Municípios.

Em maio de 2010 acontece a 1ª Conferência Nacional de Trabalho Decente no

Brasil e é lançado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), derivado do compromisso do governo brasileiro com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), firmado em 2003, visando estabelecer um programa de cooperação técnica para elaborar uma agenda nacional do trabalho decente, com a promoção de emprego de qualidade, com extensão da proteção social e com respeito aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho, sendo realizado no formato tripartite, com ampla participação e pautado no diálogo e na cooperação de diversos órgãos do governo, que definiu o trabalho decente como trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, com capacidade de garantir vida digna.

As preocupações dos conferencistas giraram em torno da redução da informalidade, da rotatividade no emprego, das desigualdades de gênero, raça e etnia, de como aumentar os rendimentos e a produtividade e de como melhorar as condições de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

No bloco principal de prioridades estão: geração de mais e melhores empregos, com igualdade nas oportunidades e tratamento, por meio de investimentos, nos setores estratégicos para essa finalidade; manutenção da política de valorização do salário mínimo; fortalecimento do sistema público de trabalho, emprego e renda, integrando as políticas de qualificação e capacitação profissional, de intermediação de mão de obra e as do programa de seguro-desemprego; fortalecimento da proteção social aos trabalhadores e suas famílias; e produção de políticas que possibilitem a superação da informalidade para as atividades formais.

Noutro bloco está a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, por meio da implementação, do monitoramento e da avaliação dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

No terceiro bloco a prioridade é o

Luiz Carlos Serafim é Subsecretário de Trabalho e Qualificação/SMTE-Prefeitura da Cidade do RJ. Especializado em Gestão do Poder Legislativo/ELERJ e Graduação em História - Licenciatura Plena/UERJ.



fortalecimento dos mecanismos e das instâncias de diálogo social promovido pelos atores tripartites, na perspectiva da governabilidade democrática.

E, para finalizar, indicar que a elaboração de políticas públicas de trabalho, emprego e geração de renda devam vir, fundamentalmente, da produção de informações sobre o mercado de trabalho, derivada de indicadores conjunturais do mercado de trabalho, seja da taxa de desemprego, da taxa de atividade, dos índices de ocupação e/ou da análise de rendimento por setor e posição na ocupação.

FÁCIL PENSAR, DIFÍCIL VIVER !

O avanço da tecnologia, especialmente da informação e da robótica, inevitavelmente impactará o panorama dos empregos atuais. Embora presente incerteza sobre o surgimento de novos empregos em decorrência dessas mudanças, Ciro Gomes argumenta a favor do desaparecimento de trabalhos obsoletos, priorizando a luta pela manutenção dos trabalhadores. Esta perspectiva ganha relevância no contexto contemporâneo da Revolução Tecnológica 4.0, intensificada pela crise pandêmica.

As reflexões de Ciro Gomes ressaltam a necessidade de adaptação diante das mudanças rápidas do mercado, destacando a importância da educação e da redução da jornada de trabalho em consonância com a automação. Suas ideias provocam a reflexão sobre a propriedade privada e a valorização da capacidade de produção individual.

No entanto, a implementação dessas ideias encontra obstáculos para efetivação na gestão atual, especialmente pela desatualização e ineficiência do sistema público de emprego (SINE),

que está sofrendo ajustes tecnológicos. E nossos desafios só aumentam, pois estudos indicam que milhões de trabalhadores ao redor do mundo precisarão adquirir novas competências até 2030 devido à automação e digitalização.

A pandemia acelerou essa transformação, exigindo habilidades digitais e interpessoais dos profissionais. A reinvenção tornou-se crucial nesse cenário, demandando não apenas competências técnicas, mas também habilidades comportamentais, conhecidas como Soft Skills, que tem sido bastante valorizadas no mercado de trabalho.

Na gestão da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda da Prefeitura do Rio de Janeiro, a reinvenção tem sido um imperativo. Em pouco mais de oito meses, foram implementados programas e feitas várias reestruturações, destacando-se a adaptação do SINE para a Central do Trabalhador; a criação de políticas de empreendedorismo e a ênfase nos chamados “Empregos Verdes”.

Os “stakeholders” assumiram o compromisso de aprender, de desaprender e de se adaptar às novas tecnologias e dinâmicas do mercado de trabalho, atentos aos sinais de um mundo em constante evolução.

Esta jornada, inspirada por um olhar crítico sobre o passado e orientada por ideias inovadoras, reflete o desafio enfrentado por gestores e gestoras de políticas públicas de trabalho, emprego e geração de renda. E o dilema entre “Fácil pensar, difícil viver” se mantém vivo, mas nossa busca por soluções promissoras também persiste, traçando um caminho rumo a um mercado de trabalho mais inclusivo e adaptável às mudanças do século XXI.

Saudações trabalhistas e de luta!

PETROBRAS 70 ANOS

Ato de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais marca aniversário de 70 anos da Petrobras no RJ

Trabalhadores e trabalhadoras, federações sindicais e movimentos populares marcharam na região central do Rio de Janeiro em um ato pelos 70 anos de existência da Petrobras. A mobilização, realizada em 03 de outubro, dia em que se completam os 70 anos em que Getúlio Vargas criou a maior das estatais brasileiras, teve início em frente à sede da Eletrobras, privatizada durante o governo de Jair Bolsonaro e se encerrou em frente à Petrobras, na Avenida Chile, no centro.

Entre as principais pautas e as reivindicações levantadas estão a reversão das privatizações, a defesa das estatais, do serviço público e de um projeto de desenvolvimento nacional, social e ambiental com participação popular.

Para celebrar os 70 anos de criação da Petrobrás, através da Lei 2004/53 sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), por iniciativa da deputada estadual Martha Rocha, presidente do PDT-RJ, realizou solenidade no plenário Barbosa Lima Sobrinho.



A deputada Martha Rocha, por sua vez, disse que “a criação da Petrobras nesta Casa Legislativa, que abrigava na época o Congresso Nacional, foi uma decisão de entender que implementar uma empresa de petróleo no Brasil era largar o monopólio do café e partir para um projeto de industrialização do país. Então, ao longo destes 70 anos, eu acho que nós temos muitas razões para comemorar,” afirmou.

A Petrobras nasceu das campanhas intensificadas a partir 1948 em torno da palavra de ordem “O petróleo é nosso”, inspirada em um verso do poema “O povo escreve a história nas paredes”, de Mário Lago, em que o artista exaltava: “O voto é a arma do povo! O nosso petróleo é nosso!”



A lei que criou a Petróleo Brasileiro, em 3 de outubro de 1953, tem o DNA do povo brasileiro, que é, por direito, o principal acionista da empresa.

A história política, econômica e social do país está intimamente relacionada à da estatal, nesses 70 anos em que a Petrobras venceu todas as tentativas de desmoralização, enfraquecimento e desmonte, graças às mobilizações populares, a sua força de trabalho e aos movimentos sindicais.

O desmonte da Petrobras começou nos anos 1990, quando o então presidente da ANP, David

Zylbersztajn, cunhou a vergonhosa frase “O petróleo não é mais nosso, ele agora é vosso”, em discurso a executivos de empresas privadas e estrangeiras.

Bolsonaro retirou a empresa da área de distribuição de combustíveis, vendendo a BR Distribuidora, e encolheu os ativos da estatal, diminuindo a sua participação no refino, com a venda de algumas refinarias e privatização de dutos e alguns terminais; reduziu a quase zero as ações de incentivo à cultura, esportes, educação, meio ambiente e desenvolvimento social. Os últimos anos, desde o golpe iniciado em 2015, representaram retrocessos e perdas jamais vistos.

Há cerca de seis anos, o Brasil sofreu um golpe e esse golpe teve característica destruir direitos trabalhistas e sociais, e roubar as riquezas do povo brasileiro, sendo que a Petrobras, com a descoberta do pré-sal, talvez seja o maior ativo dessa riqueza nacional hoje. É importante cobrarmos também a revisão da privatização da Eletrobras, a defesa das estatais, do serviço público e de um projeto de desenvolvimento nacional, social e ambiental, e a aplicação das leis que preveem que o dinheiro do pré-sal chegue à infraestrutura, à saúde e à educação.

O fim da nefasta política de Preço de Paridade de Importação (PPI) na Petrobrás, que precificava o combustível refinado no país em artificial equivalência com o combustível importado, é uma vitória popular a ser comemorada. O PPI na Petrobrás viabilizou um dos maiores programas de transferência de renda às avessas da história desse país.

Essa política estava no cerne do projeto de pilhagem da estatal operada por agentes públicos instalados no governo federal. Ela beneficiava sobretudo os acionistas privados, que avançaram aceleradamente a partir do golpe de 2016.

A Petrobrás distribuiu, só em 2022, inacreditáveis R\$ 215,8 bilhões em dividendos a seus acionistas, valor superior ao lucro líquido da estatal no ano, reportado em R\$ 188,3 bilhões. Isso foi possível, por um lado, pelos preços artificialmente inflados praticados pela empresa e pagos por cada brasileiro e, por outro, pela retração no investimento

produtivo da companhia.

A Petrobras chega aos 70 anos como a maior investidora do novo PAC do governo federal (R\$ 323 bilhões) e a maior operadora de petróleo em alto mar do mundo, com 56 plataformas, que aumentarão para 72 em 2027. Tornou-se também uma das produtoras de petróleo com menos emissões do mundo, tendo reduzido as emissões absolutas de gases de efeito estufa nas suas operações em 39% entre 2015 e 2022.

Suas 10 refinarias vão se tornar um parque industrial sustentável com unidades de biorrefino que vão oferecer produtos de baixo carbono. Visando às novas energias, a Petrobras já é a empresa com o maior potencial de geração de energia eólica offshore (em alto mar) no Brasil em capacidade protocolada junto ao Ibama. Tudo isso impulsionará a economia brasileira, gerando empregos, pagamento de impostos e fomentando o mercado fornecedor.



A história da Petrobras se mistura com a do desenvolvimento da indústria brasileira e a sua importância para a economia do país se expressa no volume de operações que a companhia movimenta:

- Cadeia de fornecedores com mais de 234 mil empresas cadastradas.

- Exportações de US\$ 27,5 bilhões em petróleo e derivados em 2022, o correspondente a 8% das exportações brasileiras.

- R\$ 279 bilhões em tributos e participações especiais nas esferas federal, estadual e municipal em 2022.

Essa contribuição remete também aos investimentos sociais da Petrobras. Este ano, a companhia lançou a maior seleção pública para projetos socioambientais de sua história, com previsão de investir R\$ 432 milhões em projetos sociais e ambientais.

Enfim, a estatal pensada por Vargas, segue cumprindo seu papel no desenvolvimento do país e no fortalecimento da soberania nacional, sobrevivendo ao ataque dos abutres do capitalismo, e figurando como o maior bem industrial do povo brasileiro. Que os próximos 70 anos sejam gloriosos!

O governo não pode financiar a privatização no setor de saneamento!

VITOR DUQUE

Sindicatos do ramo de saneamento, federações, movimentos sociais e, principalmente, as comunidades, estiveram presentes na porta do BNDES e cobraram a manutenção das empresas estaduais de saneamento e equidade no financiamento desses serviços.

A busca pela universalização dos serviços de fornecimento de água e do tratamento de esgoto é, sem dúvida, um grande desafio para todos nós, principalmente para as entidades governamentais.

Sabemos que um dos principais princípios constitucionais é o da Dignidade da Pessoa Humana e, certamente, sem água potável e saneamento básico não há que se falar em condições dignas para se viver.

Para reverter esse quadro e buscar a universalização dos serviços, o país precisaria de investimentos anuais em torno R\$ 22 bilhões.

Apesar da Constituição garantir a titularidade dos serviços de saneamento aos municípios, no Brasil predomina a prestação de serviços por empresas estaduais.

No último Governo foi editada a lei nº 14.026/2020 que tem um grande e claro objetivo: Privatizar o Saneamento Básico! A alegação de que apenas o capital privado teria condições de atingir a universalização do setor não resiste à crítica diante a realidade.

Isso ficou ainda mais evidente com as concessões recentes ocorridas no estado do RIO DE JANEIRO, onde o BNDES figurou como financiador das obras de saneamento e, por sua vez, as concessionárias estão utilizando da arrecadação das taxas e tarifas cobradas do consumidor para arcar com as prestações desses financiamento.

Ou seja, o governo que alegava não ter recursos públicos para universalizar o saneamento, empresta dinheiro

público para financiar as concessionárias privadas. E essa conta, mais uma vez, “caindo no colo do povo”, que sofre com o aumento desproporcional das contas de água, que tiveram aumentos superiores às 300% em determinadas áreas.

O problema se torna ainda mais grave quando a legislação tenta impedir o financiamento público das empresas públicas de saneamento. Esse contrassenso foi denunciado em um grande ato ocorrido na porta do BNDES no dia 23/11/2023, que contou com a participação do SINTSAMA/RJ e diversas entidades do Brasil.

Sindicatos do ramo de saneamento, federações, movimentos sociais e, principalmente, as comunidades, estiveram presentes na porta do BNDES e cobraram a manutenção das empresas estaduais de saneamento e equidade no financiamento desses serviços.

Hoje mesmo temos outras gigantes do setor sofrendo com o mesmo processo pelo qual passou a CEDAE, como a SABESP por exemplo.

O saneamento básico é o tipo de serviço executado em regime de monopólio natural. Não há como ter duas empresas operando na mesma área e as empresas privadas monopolistas não iriam investir em áreas que não tem retorno financeiro.

Além do mais, a experiência internacional demonstra o insucesso dos serviços executados em regime de monopólio natural. Muitos países

estatizaram empresas de saneamento que antes tinham sido privatizadas, trata-se do movimento de reestatização.

A legislação atual, na prática, impede ou dificulta a adoção de tarifa social para populações mais vulneráveis e não combate o déficit de saneamento que atinge principalmente, os pobres, a periferia, as favelas e as áreas rurais.

Para piorar, a legislação liquida com um instrumento socialmente justo, que é o subsídio cruzado, mecanismo pelo qual os grandes municípios, pelos elevados ganhos de escala, subsidiam os municípios menores e que são deficitários.

A privatização do saneamento básico tem como consequência imediata a elevação das tarifas para potencializar o lucro do investidor privado, e não avança na universalização, pois nenhum capitalista visa investir em áreas com pouco retorno.

Não posso deixar de denunciar que as concessionárias, para maximizar os seus lucros, estão “esmagando” os direitos trabalhistas dos trabalhadores do saneamento que estão trabalhando em condições precárias e sem um piso salarial da categoria, ganhando 1/3 do que os trabalhadores de saneamento tradicionalmente ganhavam.

A minha missão, enquanto presidente do Sintsama, é defender a população mais vulnerável e os trabalhadores da área do saneamento, travando uma luta pela gestão pública do saneamento. A nossa luta de resistência ganhou um grande reforço, e nos deixou esperançosos, com o início do governo Lula.



Vitor Duque é advogado e servidor da CEDAE e Membro da Direção do Movimento Sindical do PDT RJ.

Foi eleito em outubro o novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA.

Atua também como Secretário de Saneamento e Meio Ambiente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ e é Diretor Executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente.

A expectativa é que o Ministério das Cidades e o BNDES, no âmbito de suas atribuições, sejam ativos no sentido de direcionar investimentos que apontem para a universalização e fortalecimento da gestão pública do saneamento. Somente uma empresa pública tem a capacidade de investir em áreas onde o retorno é social e não financeiro.

BNDES: O “S” é de social e não de privatização!

Temos que garantir a dignidade para a parcela da população que não tem condições de pagar pelas altíssimas tarifas praticadas pelo setor privado.

Hoje o BNDS coloca dinheiro para se privatizar o serviço público, mesmo com ele dando lucro, ou não sendo deficitário, com bom serviço e atendimento a população, além de uma visão social sobre o saneamento. Vale destacar que parte desse fundo de fomento do BNDS é formado pelo PASEP, que deveria ser utilizado para qualificação dos servidores públicos, mas hoje não tem destino, e acaba indo para fomentar privatizações que destroem as carreiras destes servidores, como vimos em vários processos de privatizações pelo país nos últimos anos.

Fundamental ainda destacar que esses processos de privatização são realizados sem um arcabouço protetivo, um marco regulatório, para se fiscalizar o serviço prestado pela empresa concedente ao munícipe. Quase sempre o contrato regra apenas punição aos usuários inadimplentes. Sem uma Agência Reguladora funcionando realmente na regulação do contrato, só o usuário é penalizado e o serviço tende a piorar muito, além dos reajustes abusivos. Hoje as Agências Reguladoras no país ou são só de fachada, ou não tem um marco legal no contrato para cobrar o devido atendimento da empresa à população

Continuaremos na luta para promover esse debate, conscientizando a população e os representantes governamentais, sobre a importância da manutenção e do fortalecimento das empresas públicas de saneamento, inclusive com a formação de Comissões de Defesa do Saneamento Público, com a criação de legislação que permita uma atuação real das agências reguladoras e com uma fiscalização real, que possa apontar descumprimentos de contrato e abusos na relação cliente x empresa..

Água é Vida, não é mercadoria!!!

O sindicalismo no Brasil: Uma jornada de luta no aqui e agora

PAULO BASTOS / LUÍS MARCEL LOUREIRO MOTTA

A luta sindical, no Brasil, é uma história marcada por diferentes momentos, alguns de avanço e outros de retrocessos. Cooptações, repressão, marginalização e tantas outras agruras enfrentadas pelos trabalhadores, ao longo da história do país, têm como contraponto a coragem, resiliência e a perseverança de tantas mulheres e homens que ousaram construir organizações de lutas trabalhistas por todo o país.

Inicialmente concentrada em São Paulo, a tardia industrialização brasileira, no início do Século XX, apresentava um perfil de operários vindos do exterior, segundo PINHEIRO E HALL (1981), cerca de 74% dos trabalhadores em 1912 eram estrangeiros nas indústrias da referida cidade. Em grande parte, italianos fugidos de uma Europa em crise e que vieram, em um primeiro momento, substituir a mão de obra negra nas plantações de café do estado paulista, entretanto, logo migraram para as primeiras indústrias do país, que se formavam com o intuito de substituir produtos importados do continente europeu, constituídas com o capital acumulado do café dos capitalistas brasileiros.

Ao prestarem sua experiência na consolidação das primeiras indústrias, esses estrangeiros também trouxeram sua ideologia junto, e logo, grande parte dos trabalhadores se organizavam em torno de ideias socialistas e anarquistas. Momento esse brilhantemente retratado em *Anarquistas Graças a Deus* (1979), da escritora Zélia Gattai.

As primeiras greves surgiam e incomodavam! Associadas a estes conflitos urbanos, revoltas no campo arcaico e patrimonialista causavam comoções ainda no primeiro quartel do século passado, assim, o Governo Vargas, iniciado em 1930, parte para buscar soluções para esses conflitos.

Desta forma, a partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, a estrutura sindical passa a ser organizada em grande parte pelo Estado Brasileiro que buscava “descolar” o movimento sindical das ideias socialistas e anarquistas. A estratégia para a dominação do movimento era de cooptação e repressão, oferecendo novas possibilidades de direitos e reprimindo quem se opusesse a tal estratégia. A expressão desta política está na Consolidação da Leis do Trabalho, em 1943.

É importante destacar que, se por um lado os trabalhadores tiveram acesso a direitos pelo quais há muito lutavam, como férias, 13º e garantia de descanso, entre tantos outros, por outro lado, o Estado não extinguiu as contradições internas do capitalismo nacional, continuando a favorecer às parcelas burguesas e industriais do país.

Faz-se mister enfatizar a importância do imposto sindical criado em 1940 no bojo da CLT, e que viria se transformar em contribuição sindical em 1966. Esta importante ferramenta seria vital para se organizar as lutas que o movimento sindical teria pela frente e que, como veremos à frente, foi surrupiada durante a gestão Temer.

Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, os sindicatos novamente seriam protagonistas nas lutas da sociedade brasileira, naquele momento contra a

Luis Marcel Loureiro Motta, mais conhecido como Luis da Saúde, é Presidente do PDT Araruama e do Sindicato dos Servidores Municipais de Araruama. Formação em Administração e Recursos Humanos, Pós-Graduado em Gestão Pública e Pós-Graduando em Gestão Política;

Paulo Bastos é Presidente do Movimento Sindical do PDT Araruama, Vice Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Araruama. Tem Licenciatura em Geografia - UERJ, Mestre em Educação - UFRJ, Doutor em Arquitetura e Urbanismo - UFF e Professor das redes municipais de Araruama e Rio das Ostras.



ditadura militar, impondo diversos enfrentamentos que serviriam, junto de outras colaborações, como sementes para a redemocratização do país.

Durante a Constituição de 1988, a luta organizada dos trabalhadores trouxe mais liberdade ao movimento sindical, retirando regras como a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para funcionamento de um sindicato e possibilitando a sindicalização dos servidores públicos. Além disso, relacionou, no artigo 7º, os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e outros que visem a melhoria de sua condição social. No parágrafo único, listou os direitos assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos. No artigo 8º, estabeleceu a liberdade sindical; e, no artigo 9º, o direito de greve.

Infelizmente, apesar destes avanços, o Direito à greve pelo funcionalismo público ainda necessita ser regulamentado, diligência que vem sendo muito bem enfrentada pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil em suas ações.

Em 2015, uma nova onda de retrocessos cruzou o caminho dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. O então Governo Temer, alçado ao poder através de um golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma Roussef, aprovava uma série de legislações que retiravam direitos dos trabalhadores e atacavam diretamente a autonomia dos sindicatos. A Lei n. 13.467/2017, também conhecida como Reforma Trabalhista, modificou de maneira profunda o mundo do Direito do Trabalho, sendo a estrutura sindical um dos pontos que mais sofreu alterações. Ao mudar a redação dos arts. 545, 578,

579, 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, a Reforma Trabalhista extinguiu a contribuição sindical obrigatória, uma das principais fontes de renda dos Sindicatos brasileiros (SEPÚLVEDA, Sobrinho Gabriela, 2019).

Felizmente, no último dia 01 de setembro, o Supremo Tribunal Federal formou maioria para a volta da contribuição assistencial para trabalhadores não sindicalizados, que ainda aguardará regulamentação. É muito importante entender a relevância deste instrumento para garantir as ações desenvolvidas pelos sindicatos no Brasil, ainda mais em um momento de avanço do desemprego estrutural e da flexibilização das relações de trabalho.

“Infelizmente o Direito à greve pelo funcionalismo público necessita ser regulamentado, luta muito bem enfrentada pela CSPB.”

Por fim, a história nos mostra que não existem garantias consolidadas para a luta do sindicalismo no Brasil, observamos, com este texto, que avanços e retrocessos, muitas vezes, caminham juntos. Mas o que não podemos nunca é, abrir mão da nossa força de luta, pois nada será ofertado à classe trabalhadora de “mão beijada”. O capitalismo brasileiro ainda convive com o paradigma da opressão tão bem materializada na retirada de direitos no século presente, por isso, e tudo mais que, enquanto não tivermos nossos direitos reconhecidos estaremos nas ruas de cabeça erguida lutando.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSUMO

JOSÉ ROBERTO PAIVA

As mudanças climáticas, que começam a se confirmar, afetarão muito mais nosso cotidiano e exigirão mudanças de hábitos e comportamentos em graus muito mais complexos. Secas, incêndios florestais, inundações e grandes eventos meteorológicos serão a cada ano mais extremos e poderão afetar a produção agrícola, trazendo episódios de fome. Essa percepção tem que passar por aqueles que comandam os governos, que precisarão de órgãos com capacidade científica envolvidos com planejamento, que é uma coisa que deixou de existir nos últimos anos nas esferas de poder no Brasil.

Percebemos como a recente pandemia, que nos afetou mudou nossos hábitos, nosso comportamento.

Um político alinhado com as ideias de mudanças necessárias, deve principalmente buscar ações na Gestão do Lixo, desenvolvendo a compostagem caseira, comunitária e urbana, o incentivo à reciclagem, com apoio aos catadores, e o consórcio de municípios para a disposição final do lixo inaproveitável. E desenvolver ações de Educação Ambiental no ambiente escolar e na sociedade, introduzindo o conceito da necessidade de mudar o comportamento das pessoas, a cultura e diminuir o consumo de carnes. Sim, esse é um assunto que vem permeando o ambiente científico em todo o mundo.

De acordo com a análise mais abrangente já feita sobre o impacto do sistema alimentar no meio ambiente, reduções no consumo de carne no mundo todo são essenciais para evitar mudanças climáticas perigosas.

Temos hoje no mundo o incrível número de mais de 8 bilhões de seres humanos e a necessidade de alimentar tanta gente com os recursos escassos e limitados do Planeta. A energia que é usada para sustentar a Vida no nosso Planeta é a energia do Sol.

Somente os vegetais têm a capacidade de aproveitar essa energia para transformar quimicamente as substâncias disponíveis em compostos orgânicos; açúcares, gorduras e

aminoácidos, que são utilizados para a manutenção da Vida. Os animais, entre eles o Homem, retiram a energia de que necessitam se alimentando de vegetais ou de outros animais, que se desenvolveram alimentando-se de vegetais, que são assim a base da Vida (a partir da energia do Sol).

Vamos raciocinar em termos bem simplistas para entender isso; vamos pensar num sistema vivo isolado composto por gramíneas, que retiram seu alimento da Terra utilizando a energia do Sol, de gafanhotos, que se alimentam das gramíneas, sapos que comem gafanhotos, cobras, que comem sapos, e gaviões que comem cobras e sapos.

Está claro que em tal sistema, a massa de gramíneas, expressa em gramas ou toneladas, terá de ser muito maior do que a de gafanhotos, essa maior do que a massa total dos sapos, que por sua vez tem de ser muito maior do que a de cobras ou gaviões.



Grças ao trabalho de catadores que vivem do lixo, o Brasil apresenta índices de reciclagem de alguns materiais compatíveis com os índices de reciclagem que é feita em alguns países desenvolvidos. O poder público deve incentivar e dar apoio e organicidade para aumentar a eficiência da atividade.

A complexidade da vida com suas teias de relações de produtores e predadores, e de quem come quem, é claro que é muito maior, mas o exemplo simplista serve para entendermos além.

O crescimento da Humanidade faz com que o consumo e a produção de alimentos aumentem muito; o aumento da riqueza do Homem, aliada a uma estagnação moral, faz com que a demanda por alimentos refinados também aumente. Ou seja, há um desejo altruísta de acabar com a fome no mundo, mas a “necessidade” de sofisticar o consumo, com produtos de apelo televisivo, embalagens que encantam, sabores novos e sofisticados, produtos enfim que ofereçam gordos lucros, é muito maior.

A distorção pode ser ainda verificada no consumidor; enquanto uma parcela da humanidade passa por desnutrição, aquela que é atingida pelo consumismo tem problemas de obesidade, que já são problemas de saúde pública em inúmeros países ricos e emergentes como o México e o Brasil.

E dentre esses produtos está a carne de boi, ovelha, porco ou o que for. Os rebanhos desses animais no mundo chegam a ser de uma dimensão comparável a humanidade. A população de bovinos no nosso País chega a ser maior do que a de humanos.

O rebanho é mantido alto através de métodos antinaturais, como fertilização artificial, antibióticos, hormônios, rações especiais, que fazem com que o animal se transforme em máquina de produzir carne. Tudo é feito em escala industrial para o animal crescer mais rápido e dar melhor carne. E a alimentação desse gado? Milhares de hectares de terra são semeados para gerar grãos (soja e milho principalmente), que vão fazer rações para o gado.

Ora voltemos ao exemplo simplista acima da gramínea ao gavião. Por ele fica claro que a massa de grãos e outros vegetais gerados para alimentar uma superpopulação de gado mundo afora é muito maior do que a massa de carne que pode ser gerada. A massa de grãos e outros vegetais gerados para alimentar uma superpopulação de



“Paul McCartney faz há anos campanhas para que as pessoas consumam menos carne elegendo um ou dois dias na semana para uma dieta sem o produto”

gado mundo afora é muito maior do que a massa de carne que pode ser gerada.

Há estudos que falam numa relação de 15 a 17 vezes. Ou seja, se a população mundial optasse por diminuir o consumo de carne, a quantidade de alimentos disponíveis para a população estaria automaticamente aumentada de cerca de 16 vezes a massa de carne que deixar de ser consumida, utilizando-se a mesma área disponível para plantação. Ou ainda, a terra necessária para produzir carne para um milhão de seres humanos, produziria alimentos vegetais para alimentar 16 milhões. Precisamos refletir sobre os limites dessa produção para a preservação de nossas florestas, o incentivo à agricultura familiar e a manutenção do clima global.

Um outro fato deriva deste: é a expansão do setor agropecuário que provoca uma pressão para a expansão da fronteira agrícola rumo às florestas e demais áreas de preservação. De acordo com a análise mais abrangente já feita sobre o impacto do sistema alimentar no meio ambiente, reduções no consumo de carne no mundo todo são essenciais para evitar mudanças climáticas perigosas.

Os milhares de jovens que participaram das manifestações contra as mudanças climáticas ao lado de Greta Thunberg pediam a diminuição do consumo.

Pense nisso!

José Roberto Tavares de Paiva é físico formado pela UFRJ; trabalhou na INB, Indústrias Nucleares do Brasil, IAEA, International Atomic Energy Agency, IBQN, Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear. Elaborou um Programa de Educação Ambiental para as Escolas da SME de Resende. Foi Professor de vários Colégios públicos e particulares do RJ. Foi fundador do PDT em 1980 e é da Executiva Municipal do PDT Resende

Neoliberalismo e Psicologia do trabalho

MAGNO LOSCHIAVO

A psicologia do trabalho nos tempos atuais enfrenta desafios e demandas únicas. Com o avanço da tecnologia, a globalização e as mudanças nas relações de trabalho, os profissionais de psicologia estão cada vez mais envolvidos em questões como equilíbrio entre vida pessoal e profissional, bem-estar no trabalho e gestão do estresse. Além disso, a pandemia do COVID-19 trouxe novos desafios, como o trabalho remoto e a necessidade de adaptação às mudanças rápidas. Nesse contexto, a psicologia do trabalho desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental, no desenvolvimento de habilidades de resiliência e na criação de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos.



Para o trabalhador, atuar em uma empresa com forte visão neoliberal, sem inclinação para a questão humana e social, pode apresentar diversos riscos para a saúde mental dos trabalhadores. O ambiente competitivo, a pressão por resultados, a instabilidade no emprego e a falta de suporte emocional são alguns dos fatores que podem contribuir para problemas psicológicos.

As entidades de defesa do trabalhador devem observar e prevenir fatores de risco, buscar ambientes de trabalho saudáveis e lutar por um equilíbrio na relação empregador x empregado para tornar o ambiente saudável e livre de assédios ou abusos.

Um dos principais riscos é o estresse crônico. Em uma empresa de visão neoliberal, o foco estará na maximização dos lucros e na competitividade, o que pode resultar em metas irrealistas, prazos apertados e uma carga de trabalho excessiva. Essa pressão constante pode levar a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e esgotamento.

Além disso, a insegurança no emprego é uma característica comum em empresas neoliberais. Com a ênfase na flexibilidade e na redução de custos, os trabalhadores podem enfrentar contratos temporários, terceirização e demissões frequentes. A incerteza em relação à estabilidade no emprego pode causar ansiedade e medo constante de perder o trabalho, afetando negativamente a saúde mental.

A falta de suporte emocional também é uma preocupação em empresas neoliberais. Com o foco no individualismo e na competição, pode haver pouca ou nenhuma ênfase no bem-estar dos funcionários. A falta de um ambiente de trabalho solidário e apoio emocional pode levar à sensação de isolamento, baixa autoestima e dificuldade em lidar com desafios profissionais.

Além disso, a cultura do trabalho excessivo é comum em empresas neoliberais. Os trabalhadores podem sentir a pressão para estar sempre disponíveis, responder a e-mails fora do horário de trabalho e sacrificar seu tempo pessoal em prol do trabalho. Essa falta de equilíbrio entre vida profissional e pessoal pode levar à exaustão, negligência de cuidados pessoais e problemas nas relações interpessoais.

Outro risco para a saúde mental é a falta de autonomia e controle sobre o trabalho. Em empresas neoliberais, os trabalhadores podem ser submetidos a uma hierarquia rígida, com poucas oportunidades de participação nas decisões ou de influenciar as condições de trabalho. A falta de autonomia

pode levar à frustração, desmotivação e sentimento de impotência. Além disso, a constante busca por produtividade e eficiência pode levar à intensificação do trabalho. Os trabalhadores podem sentir a pressão para realizar tarefas cada vez mais rapidamente, sem tempo para descanso ou recuperação. Essa intensificação pode levar ao aumento do estresse, esgotamento e problemas de saúde mental como ansiedade e depressão.

Por fim, a valorização excessiva do sucesso individual em empresas neoliberais pode criar um ambiente de competição desenfreada entre os trabalhadores. A constante comparação com os colegas e a sensação de que seu valor é baseado apenas em resultados podem levar a sentimentos de inadequação, baixa autoestima e ansiedade.

É importante destacar que os riscos para a saúde mental podem variar de acordo com a cultura organizacional específica de cada empresa neoliberal. No entanto, é essencial reconhecer esses riscos e buscar estratégias para proteger sua saúde mental, como estabelecer limites saudáveis, buscar apoio emocional

fora do trabalho, praticar autocuidado e buscar equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Em resumo, trabalhar em uma empresa neoliberal apresenta diversos riscos para a saúde mental, incluindo estresse crônico, insegurança no emprego, falta de suporte emocional, cultura do trabalho excessivo, falta de autonomia e intensificação do trabalho. É fundamental estar ciente desses riscos e adotar medidas proativas para proteger a saúde mental no ambiente de trabalho.

Nesses ambientes hostis, a psicologia e seus profissionais desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e saúde mental dos trabalhadores. No caso de um trabalhador que vive sendo assediado moralmente, o psicólogo pode oferecer suporte emocional, orientação e estratégias para lidar com a situação.

O assédio moral no ambiente de trabalho é uma questão séria que pode ter consequências devastadoras para a saúde mental e emocional do indivíduo afetado. Em uma empresa, onde o foco muitas vezes está nos resultados



Magno Loschiavo lançou recentemente o primeiro de uma série de 4 livros, que vem escrevendo relativo a personalidades nocivas.

Este primeiro livro “Desvendando a máscara: Sobrevivendo a relacionamentos narcisistas” foi lançado em julho de 2023, e os próximos volumes da série vão abordar as personalidades maquiavelicas, manipuladoras e sádicos.

Quem quiser adquirir os livros ou entrar em contato com o escritor pode buscar contato nas redes sociais.

 @magnoguerraftw



Magno Loschiavo tem formação em Psicologia, Neuropsicologia, e ainda atua como Escritor, Musico, Radialista, Apresentador e Militante do Movimento Sindical do PDT RJ.

financeiros e na competição, é ainda mais importante que os profissionais de saúde mental estejam presentes para apoiar os trabalhadores.

Inicialmente, o psicólogo(a) pode fornecer um espaço seguro para o trabalhador expressar suas emoções e experiências relacionadas ao assédio e/ou condições precarizadas de trabalho. Ouvir atentamente e validar suas experiências pode ajudar a reduzir sentimentos de isolamento e culpa, além de fortalecer a autoestima do trabalhador.

Além disso, o psicólogo(a) pode ajudar o trabalhador a desenvolver habilidades de enfrentamento eficazes. Isso inclui ensinar estratégias para lidar com o estresse, como técnicas de relaxamento, respiração profunda e visualização criativa. Essas técnicas podem ajudar o trabalhador a controlar sua ansiedade e manter a calma diante das situações constrangedoras que surgirem.

Também podemos auxiliar na identificação e reforço dos limites pessoais do trabalhador. Muitas vezes, vítimas de assédio moral têm dificuldade em estabelecer limites claros com o agressor. O psicólogo pode ajudar o trabalhador a reconhecer seus direitos e a estabelecer limites saudáveis em suas interações com o chefe.

Além disso, o psicólogo(a) pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias de comunicação assertiva. Isso envolve ajudar o

trabalhador a expressar seus sentimentos e preocupações de maneira clara e respeitosa, sem se submeter ao assédio. Através do treinamento em habilidades de comunicação assertiva, o trabalhador pode aprender a se posicionar de forma eficaz, estabelecendo limites e exigindo respeito.

“Nesses ambientes hostis, a psicologia desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e saúde mental dos trabalhadores.”

Outro aspecto importante é o apoio emocional contínuo. O psicólogo(a) pode fornecer suporte ao trabalhador durante todo o processo de enfrentamento ou durante o tempo que permanecer na empresa. Isso inclui sessões regulares para monitorar o progresso, oferecer suporte emocional e ajustar as estratégias conforme necessário.

A psicologia, pode ainda, encorajar o trabalhador a buscar apoio externo, como recursos legais ou sindicais, caso seja necessário. Eles podem fornecer informações sobre os direitos do trabalhador e orientá-lo sobre os possíveis caminhos legais para lidar com o assédio.

Retomada da Indústria Naval e Offshore

FABIANO SATHLER

A construção naval sempre foi um dos pilares na geração de emprego do Rio de Janeiro. Sua destruição, a partir de 2015, pelo Governo Temer, levou a retrocessos significativos, com impactos graves. O setor que já chegou a contar com 80 mil empregos, hoje reduzidos a cerca de 15 mil. Grande parte dos estaleiros se encontra em recuperação judicial. Os que se mantêm funcionando e não foram convertidos em terminais portuários registram imensa capacidade ociosa.

Em todo o mundo, a indústria Naval tem papel estratégico. Envolve Defesa Nacional, Marinha Mercante, construção naval, navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo, interior e atividade portuária, bem como extrativismo mineral, pesca industrial e geração de energia offshore. É responsável pela ocupação da Zona Exclusiva Econômica (ZEE) marítima, conhecida no Brasil como Amazônia Azul, por grande parte da integração e da eficiência econômica do país, ao incluir o transporte fluvial, além da produção de petróleo e gás.

O domínio da tecnologia e da produção nacional minimamente suficiente dos insumos da longa e complexa cadeia produtiva é parte da nossa soberania. O Brasil não pode renunciar a sua indústria naval e offshore. O discurso falacioso da competitividade internacional omite propositalmente os vultosos subsídios e proteções com que os países asiáticos, europeus e mesmo os EUA brindam suas indústrias. Aqui, temos sido tratados pior do que os estrangeiros.

A indução de demanda é fundamental, assim como a manutenção da bandeira brasileira na cabotagem e no apoio marítimo. Os EUA, nação mais liberal do mundo, exigem que todas as embarcações sejam construídas no próprio país, e os tripulantes envolvidos nessas atividades, estadunidenses. No Brasil, a Lei 14.301/22 ("BR do Mar") abriu esse mercado, num enorme retrocesso, razão por que defendemos sua revogação e revisão, garantindo a soberania e a indústria naval nacional, a navegação de bandeira nacional e a empregabilidade dos brasileiros.

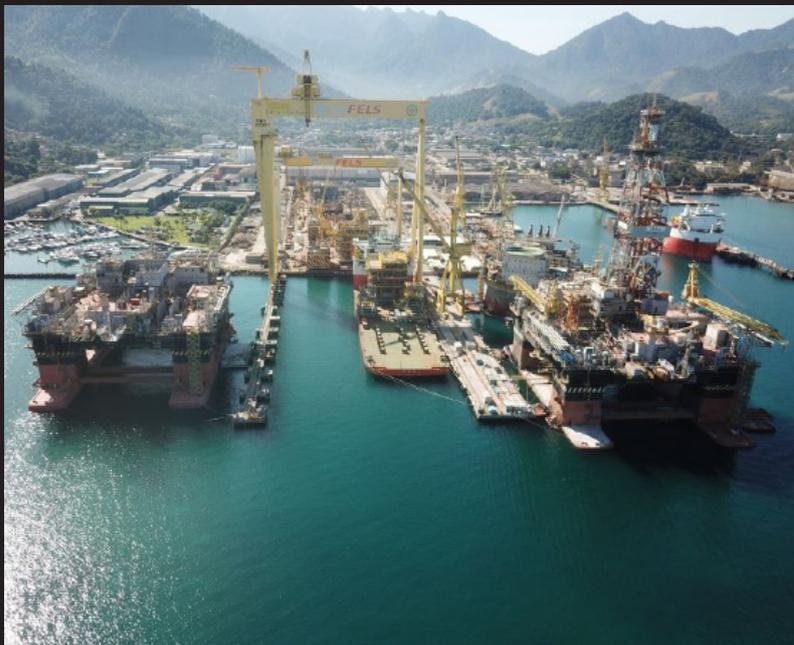
Precisamos de demanda imediata. Maior

contratante do setor, o sistema PETROBRAS precisa abandonar os erros da ideologia lava-jatista em que a aversão às empresas brasileiras virou filosofia empresarial. A PETROBRAS decidiu excluir financeiramente as empresas nacionais, ao impor fluxo de caixa negativo em seus contratos. Uma política preconceituosa, erguida sob um pretenso programa de risco de integridade, só atingiu fornecedores brasileiros. Seu sistema de cadastro foi calibrado para que o tamanho dos contratos ou supostos requisitos técnicos jamais pudessem caber no mercado nacional. São barreiras de acesso construídas propositalmente para favorecer o estrangeiro.

A construção naval e offshore é composta de grandes contratos e longo processo de contratação. Após essa etapa, são necessários mais de oito meses de revisão de projetos e contratação de equipamentos, antes do início do trabalho nos estaleiros. Da mesma forma, no transporte marítimo, projetos de curto prazo costumam ter entre dois e cinco anos de duração, e os contratos de longo prazo, não raro, alcançam 15 a 20 anos.

Precisamos que as medidas concretas para a recuperação do setor sejam tomadas neste primeiro semestre de 2023. Caso se opte pelo adiamento, travestido em tempo desistir da retomada da indústria naval nesse ciclo de quatro anos, e empurrando a possibilidade de resgate desse mercado para 2026.

Não existe caminho sem a alteração imediata do rumo das licitações em curso para contratação das plataformas FPSOs (sigla em inglês para Unidades Flutuantes de Produção, Armazenamento e Transferência). A TRANSPETRO tem o seu papel, mas representa apenas 10% da demanda normal do segmento. É preciso que a



Estaleiro BrasFels em Angra dos Reis

Um dos poucos que resistiram à crise, mas com fortes impactos com o alto índice de ociosidade, gerando desemprego, que provocou um problema social grave em Angra dos Reis. Um exemplo prático que nos ajuda a compreender a importância da geração de emprego neste setor, que fomenta a indústria, o comércio, a geração de emprego e a entrada de divisas para o país.

PETROBRAS muda a forma como vem atuando.

A construção naval, desde 2002, espalhou-se por diversos estados. Sua destruição, a partir de 2015, levou a retrocessos significativos, com impactos graves. O setor chegou a contar com 80 mil empregos, hoje reduzidos a cerca de 15 mil. Grande parte dos estaleiros se encontra em recuperação judicial. Os que se mantêm funcionando e não foram convertidos em terminais portuários registram imensa capacidade ociosa.

Os estaleiros dedicados à navegação fluvial continuam com encomendas. Na construção offshore, além da Estaleiros do Brasil (EBR), apenas BRASFELS e o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), integrantes do gigantesco grupo econômico Keppel, que monopolizou as licitações de plataformas por escolha da PETROBRAS, recebem demanda marginal das gigantescas obras exportadas para Singapura e China. Ou seja, menos de 20% dos Contratos que as matrizes conquistaram com a complacência da nossa estatal de petróleo.

Diante desse quadro, foi retomado o fórum, com o objetivo de ser um espaço de debate para o desenvolvimento sustentável das atividades do setor. Neste documento, apresentamos nossas demandas para implementação urgente, capazes de promover o rápido resgate da indústria de construção naval e offshore.

Medidas de curto prazo propostas pelo Fórum

1. Revisão imediata dos critérios de avaliação de Risco de Integridade do sistema Petrobras para as empresas de Construção Offshore e Estaleiros, considerando que é necessário incluir as empresas nacionais do mercado de construção naval, e não interferir indevidamente na composição de conselhos de administração e diretoria, com exigências direcionadas exclusivamente a empresas brasileiras.

2. Execução dos reparos programados da frota da Transpetro no Brasil. Avaliar a possibilidade de realização de parte dos serviços nas instalações do Estaleiro Inhaúma.

3. Revisão imediata das condições da licitação da construção das unidades P-84 e P85. Contratação direta por parte da Petrobras do Topside, em modelagem similar à que foi adotada no projeto dos replicantes, em múltiplos contratos.

4. Revisão do modelo de contratação das FPSO de Revitalização, especialmente a de Albacora e as que serão lançadas - Barracuda e Caratinga. Na contratação de plataformas e FPSO, recomendamos abandonar a modalidade de afretamento da unidade, adotando a modalidade EPC (sigla em inglês para Engenharia, Suprimentos e Construção) em múltiplos contratos, com definição de conteúdo local mínimo entre 30% e 60%, por tipo de unidade, buscando potencializar as possibilidades de aproveitamento da indústria local.

5. Criação de um grupo de trabalho integrado por representantes do Fórum e da Petrobras para discutir as bases para lançamento de uma nova fase do PROREFAM - Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo à Exploração e Produção, recuperando a experiência proveitosa baseada em construção no Brasil, conteúdo

local obrigatório e garantia de contratos com duração compatível com o prazo de amortização dos financiamentos.

6. Criação de um grupo de trabalho integrado por representantes do Fórum, da Petrobras e da Transpetro para discutir as bases para o lançamento de uma nova fase do PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota da TRANSPETRO.

7. Implementar mecanismo para que navios petroleiros, gaseiros, aliviadores e outros, de outras bandeiras, afretados por mais de 3 anos pela Petrobras, tenham cláusula obrigando o fretador/armador a docar a referida embarcação no Brasil.

8. Retomada pela PETROBRAS da prática de pagamento dos seus contratos de serviço, manutenção e EPC (Engenharia, Suprimento e Construção) em 30 dias após a medição. Suspensão da prática de alongar esses pagamentos em até 120 dias, para obrigar as empresas prestadoras a aderirem ao nocivo programa “PROGREDIR”, da PETROBRAS.

9. Adoção pela PETROBRAS da política gerencial de fluxo de caixa neutro em suas contratações, e suspensão do nocivo conceito de fluxo de caixa negativo.

10. Revisão e ajustes, no curto prazo, da Lei nº 14.301/2022, que instituiu o “Programa “BR do MAR”. Criação de um marco legal efetivo para a cabotagem, assegurando que a navegação seja feita com embarcações construídas no Brasil, com empresas brasileiras de navegação na armação, de navios de bandeira nacional e com tripulação brasileira.

11. Continuidade e fortalecimento do marco legal definido na Lei 9.432/1997, que estabelece preferência na contratação para os navios de bandeira brasileira. Combater iniciativas de empresas estrangeiras que buscam dominar nichos específicos mediante desenquadramento, na legislação, de embarcações que realizam operações especiais.

12. Estimular a atuação de empresas brasileiras na navegação de longo curso, com legislação própria que permita operação de navios nessa modalidade

de navegação em condições competitivas no cenário internacional, com garantia de emprego de comandante, chefe de máquinas e 2/3 de marítimos brasileiros, proporcionando substituição tributária nos itens que são desonerados em outras bandeiras.

13. Valorização do sistema educacional público, abrangendo a rede federal de ensino técnico e tecnológico, as universidades federais e a rede de Ensino Profissional Marítimo administrado pela Autoridade Marítima Brasileira. Estímulo aos investimentos nas áreas de pesquisa e extensão de modo a garantir oferta de mão de obra especializada nacional para toda a cadeia de valor do setor naval, seja com recursos diretos de educação, ciência e tecnologia, ou com aportes do próprio setor demandante.

14. Instituir tratamento excepcional para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) no orçamento da Marinha do Brasil, estabelecendo sua vinculação direta com a Autoridade Marítima Brasileira. Assegurar a aplicação dos recursos do FDEPM no Ensino Profissional Marítimo Público administrado pela Autoridade Marítima Brasileira, impedindo o contingenciamento, para pagamento de dívida, de seus recursos.

15. Recriação da Secretaria de Fomento no Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), para cuidar do Fundo de Marinha Mercante (FMM) e do acompanhamento e desdobramentos dos programas de estímulo à construção naval.

16. Na condição de gestor dos recursos do Fundo de Marinha Mercante, garantir a atuação do BNDES como banco estatal de fomento, focado no desenvolvimento econômico e social, proporcionando um ambiente de negócios favorável à expansão da frota de bandeira brasileira e construída no Brasil. Ajustar as regras para financiamento e refinanciamento dos estaleiros e das embarcações, construídas em condições compatíveis com a finalidade do banco e que permitam a competitividade das empresas brasileiras no setor.

Fabiano Sathler é presidente do PDT em Angra dos Reis e também tem mandato na Diretoria Executiva do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis e Região.

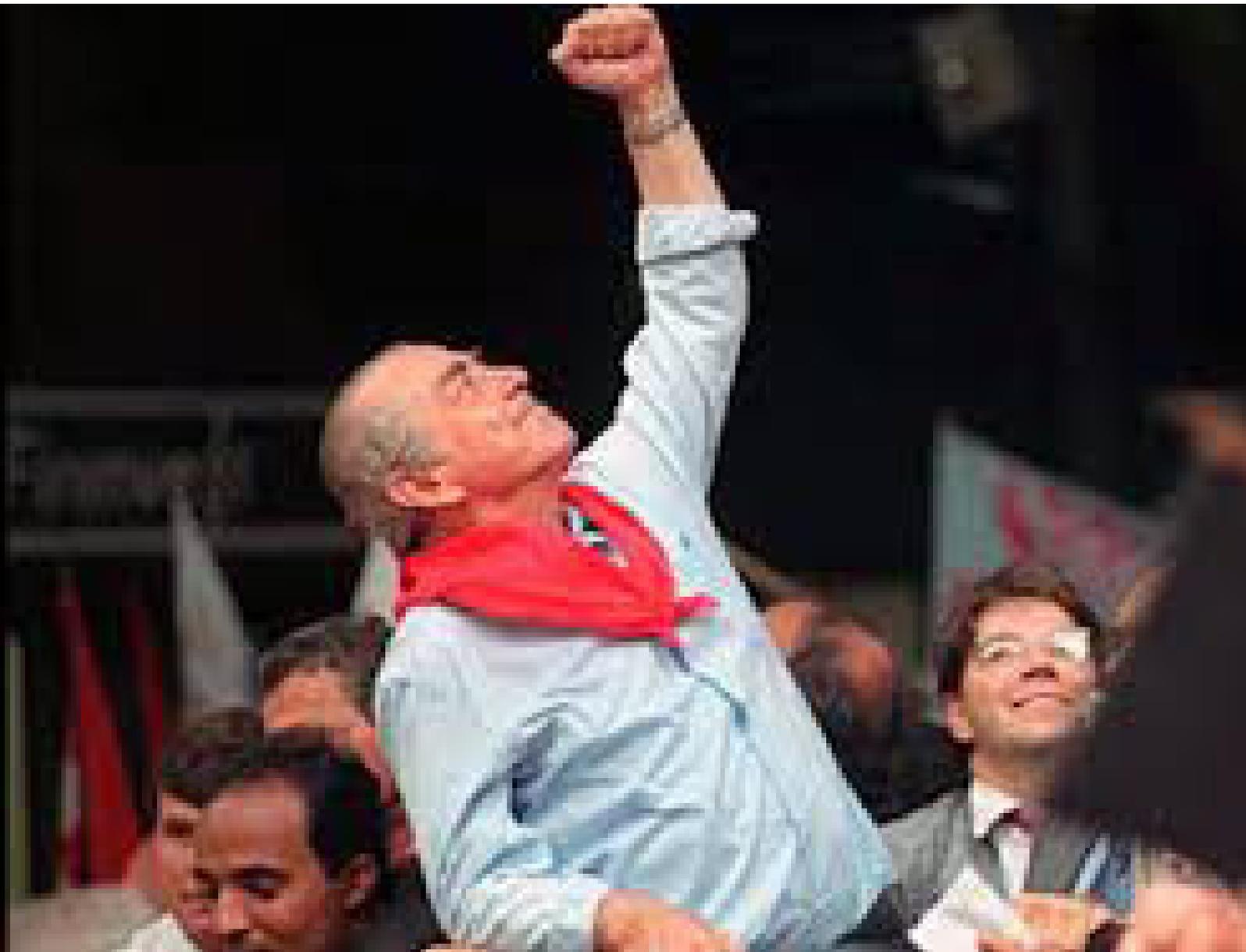
*Este texto é uma reprodução do texto aprovado pelo Fórum pela Retomada da Indústria Naval e Offshore.



BRIZOLA, A FORÇA DO POVO

RAFAEL DOS SANTOS

Brizola sempre foi coerente e leal aos seus princípios, a partir dos quais poderiam estabelecer alianças e acordos políticos, mas nunca traíndo suas origens sociais, o legado do Trabalho, a luta social e o povo brasileiro. A defesa da nacionalidade a luta pela educação, a preservação das instituições públicas e a incansável batalha por um Brasil Soberano jamais serão esquecidos.



Brizola já nasceu político. Seu pai, José Brizola era um maragato, assassinado pelas tropas do governador Borges de Medeiros quando o menino Itagiba (nome de batismo do nosso eterno Leonel) tinha apenas um ano, em 1923. Alfabetizado pela mãe, dona Onívia Brizola, sempre carregou consigo o valor da educação.

Sempre estudou tendo de se submeter a exploração do trabalho infante-juvenil para sobreviver e ajudar a família. Nem por isso se tornou um ressentido, e, ao sofrer as mazelas de ter de trabalhar e estudar, sempre lutou para que nossas crianças e nossos adolescentes tivessem que se dedicar apenas a escola. Quando se candidatou a prefeitura de Porto Alegre, o slogan de campanha era: “Nenhuma criança sem escola!”.

Único político brasileiro a ter governado dois Estados (Rio Grande do Sul e, por duas vezes, o Rio de Janeiro), Brizola tem meteórica carreira política, desde a militância na Ala Jovem do PTB, elegendo-se deputado Estadual em 1947, faltando ainda dois anos para se formar em Engenharia, sendo depois Secretário de Obras Públicas, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul e Deputado Federal pela Guanabara, até que sua trajetória é interrompida pela Ditadura de 1964. Antes disso, como governador dos gaúchos, constrói 6.302 escolas: sendo: 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 122 ginásios, abrindo 698 mil novas matrículas e contratando 42 mil novos professores, fazendo daquela Unidade da Federação o de maior nível de escolarização.

Mais do que isso, elaborou planos de desenvolvimento econômico com planejamento e metas, ainda como Secretário de Obras Públicas. Prefeito de Porto Alegre, organizou o Cinturão Verde, para abastecer a cidade de legumes, verduras e hortaliças a baixo custo, proporcionando emprego e renda, e ainda garantindo área verde e ambientalmente sustentável dentro da capital. Realizou o Festival de Cinema de Porto Alegre, e incentivou as artes.

Foi o governador que criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, prestando assistência técnica e viabilizando a aquisição de máquinas, animais e sementes aos assentados. Ajudou ainda a criar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), promovendo a primeira reforma agrária

do país, desapropriando, ao todo, 24 mil hectares de latifundiários e assentando pequenos agricultores, sob a alegação e que a propriedade era algo tão bom, que deseja que todos a tivessem. Doou a fazenda “Pangaré”, de propriedade de sua esposa, Dona Neusa Goulart Brizola, para reforma agrária.

Desenvolveu um robusto programa de obras públicas. Implantou um programa de industrialização, para o qual, encampou as multinacionais que monopolizavam os serviços de telefonia (controlada pela IT&T) e energia (de propriedade da Bond and Share) no Estado, viabilizando substancial melhoria nos serviços prestados à população e a iniciativa privada.

Como não mencionar a sua liderança na organização da Rede da Legalidade e a formação dos Grupos dos Onze, para garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e depois a atuação no Plebiscito em janeiro de 1963 para restabelecer o Presidencialismo no Brasil. A resistência ao golpe e a luta por avanços e conquistas ainda o teria como um baluarte das “Reformas de Base”, através de uma frente que pleiteava modificações agrária, tributária e bancária no país, entre outras reformas.

Vai para o exílio, e, apesar da tristeza de ficar distante da pátria amada, aproveita esse período para se articular no cenário mundial, aproxima-se da social-democracia internacional, sendo uma de suas lideranças mundiais, tornando-se um dos vice-presidentes da Internacional Socialista, organização que reúne as principais lideranças social-democratas.

Antes mesmo de seu retorno do exílio, elabora a Carta de Lisboa (1979), manifesto do Trabalhismo Brasileiro, projeto a ser retomado, mas com pontos modernos e que outras correntes políticas demorariam ainda um tempo para incorporar, tais como: Direitos Humanos, políticas para a infância e para a juventude, combate a fome, reconhecimento de que o desenvolvimento do país só se dará mediante a observação da dívida histórica com as populações negra e indígena, além de chamar atenção para a necessidade de formular políticas públicas para o crescimento econômico descentralizado, com atenção especial às regiões Norte e Nordeste, inclusive como política de segurança e de unidade nacional.

Perdendo o direito de usar a sigla do PTB (Partido Trabalhismo Brasileiro), para retomar o obra

iniciada por Getúlio Vargas, Brizola cria o PDT (Partido Democrático Trabalhista) em 1980, sob a égide dos princípios estabelecidos pela Carta de Lisboa e pela tradição do Trabalhismo Getulista e da memória de Jango.

Candidato a Governador pelo Rio de Janeiro em 1982, Brizola precisa superar uma armação contra sua eleição para poder tomar posse. O Tribunal Regional Eleitoral contratara uma empresa de processamento de dados, a Procunsult, controlada por agentes aposentados do Serviço Nacional de Informações, o famigerado SNI, que criou um desvio na totalização dos votos em favor do candidato da Ditadura, Moreira Franco. Descoberta a fraude, Brizola a denunciou internacionalmente, o que lhe garantiu que a contagem fosse feita da forma correta. Mas isso não aconteceu sem ter havido a cumplicidade das Organizações Globo com toda essa artimanha para impedir a sua vitória.

No Estado do Rio de Janeiro, fez obras estruturantes, inclusive a construção do Sambódromo em tempo recorde e gastando menos do que fora orçado, garantindo maior qualidade ao espetáculo, economizando recursos que eram gastos anualmente montando e desmontando estruturas provisórias. Além disso, a Passarela do Samba, que hoje leva o nome de Darcy Ribeiro, ainda serve de escola pública ao longo do ano e a Praça da Apoteose é um local de espetáculos para a cidade, abrigando ainda um museu do maior espetáculo da Terra.

Em seus dois governos no Rio de Janeiro, construiu 500 Centros Integrados de Educação Pública, os famosos CIEP's, desfraldando a bandeira da educação de tempo integral, até hoje em processo de consolidação, inclusive porque governos posteriores desfizeram as conquistas do Plano Especial de educação, que oferecia educação, reforço escolar, atenção médico-odontológica, lazer, segurança alimentar e todo um projeto pedagógico para o desenvolvimento da criança, além de abrigar doze crianças abandonadas, servir de moradia para policiais

militares e bombeiros, e ter a sua quadra projetada para receber reuniões das associações de moradores, integrando a escola com a comunidade. Havia a figura do animador cultural, contratado dentro da comunidade, com a finalidade de articular a cultura local com o projeto pedagógico, sem prejuízo do ensino de artes.

Os ônibus da estatal Companhia de Transportes Coletivos (CTC) eram movidos a gás natural, projeto pioneiro em todo o país, que levaria duas décadas para ter o carro a gás GNV em outros veículos. Brizola estava a frente do seu tempo. Implantou o passe livre para estudantes de escolas públicas nos ônibus da empresa, sendo precursor da gratuidade em todo o transporte coletivo anos depois.

Em 1985, encampou as empresas de ônibus e provou que a planilha de custos destas era fraudado e seus lucros eram abusivos, e enfrentando o poderoso lobby dos empresários do setor, que não pouparam esforços para eleger Moreira Franco, sim, o mesmo do caso Procunsult, em 1986, e, ato contínuo, a primeira coisa que fez, foi devolver as empresas aos antigos donos, pondo um preposto deles a frente da Secretaria de Transportes.

Após disputar e ficar em terceiro lugar nas eleições presidenciais de 1989, retorna ao governo do Rio, sendo eleito no primeiro turno em 1990.

A Universidade do Estado, a UERJ, foi fortalecida, e Brizola ainda criou, no segundo governo, a Universidade Estadual do Norte Fluminense, a UENF, com campus principal em Campus dos Goytacazes, sendo um pólo de ciência, tecnologia, e cultura para aquela região.

Muito antes das pautas identitárias, das cotas e das ações afirmativas, os governos de Brizola tinham muitos negros e mulheres em todos os escalões, inclusive em secretarias estratégicas, demonstrando que a Carta de Lisboa e o Programa do PDT não eram elementos meramente figurativos.



Rafael dos Santos tem graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, especialista em Gestão Pública e em Cinema e Linguagem Audiovisual, ambas pela Universidade Cândido Mendes. É professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cultura negra, avaliação qualitativa, educação e estudos culturais. Também é Especialista em Regulação das Atividades Cinematográfica e Audiovisual da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Colaborar dos movimentos sociais e sindicais e militante político.

Marco Regulatório nas Relações de Trabalho no Setor Público

EDUARDO CHAMARELLI

O Marco Regulatório é uma iniciativa dos seguimentos do serviço público das centrais sindicais (CTB, CSB, FS, UGT e NCST), organizadas pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, que visa suprir a deficiência de normas que sejam parâmetro de organização administrativa e operacional do setor no Brasil para todos os seguimentos do setor público e sejam adotadas pelos entes públicos federal, estaduais e municipais em todo o Brasil.

A construção deste Marco Regulatório nas Relações de Trabalho no Setor Público é um momento histórico. Sua construção, realizada junto com companheiros representantes das 3 esferas e dos 3 poderes, representantes de sindicatos e federações de todos estados, todas as regiões do país, mostra a amplitude e o impacto desta proposta na sociedade.

Este é um projeto que já nasce gigante, com o objetivo de mudar conceitos, de criar um piso nas relações de trabalho do serviço público e de cuidar um pouquinho de quem cuida do povo brasileiro, como ficou evidente na infeliz pandemia da covid 19.

Falo em mudar conceitos, porque hoje, quase que diariamente, nasce um termo novo que nos subdivide: funcionário, servidor de carreira, empregado público, regime especial, categoria diferenciada, carreira típica de estado, e por aí vai... Mas somos, antes de qualquer coisa Trabalhadores do Serviço Público. Precisamos nos reconhecer como trabalhadores, precisamos nos compreender coletivamente para saber como nos encaixamos no mundo do trabalho.

A ideia básica do MRSP é criarmos um piso, uma regra civilizatória, porque o trabalhador do serviço público está abandonado a própria sorte.

Na narrativa social se criou um conceito de vilania em torno desse trabalhador, porque temos um modelo de estado autofágico, onde gestores mal intencionados sucateiam o bem público para se vender o bem privado, e o trabalhador do serviço público carrega o estado nas costas, então destruir sua imagem virou estratégia de mercado. Destruir o plano de carreira no serviço público virou estratégia de mercado. Replicar a narrativa do que é público é ruim virou estratégia de mercado. Tudo em nome de privatizarem o que gera lucro.

É desumano ver trabalhadores sem nenhum reajuste por mais de 5 anos com inflação de mais de 25% no período. É desumano jogar nas costas do trabalhador do serviço público a responsabilidade pela má gestão sem punir o gestor que lhe deu causa, e gera o dano ao estado. É desumano ver trabalhadores que dedicaram uma vida ao serviço público aposentarem com salário abaixo do mínimo... E essa é a realidade da maior parcela de trabalhadores do serviço público no Brasil.

Temos aprovado, desde 2010 pelo congresso nacional, a convenção 151 da OIT, que nos garante dentre outras coisas, o direito a acordo coletivo no serviço público. Regra vergonhosamente descumprida pelo estado, com aval do judiciário, por uma questão simplesmente cultural, de coronelismo histórico na injusta relação trabalhador x empregado.

Uma convenção internacional, autoaplicável,

Eduardo Chamarelli Correia laspeck é presidente do Movimento Sindical do PDT RJ, e Diretor de Relações Internacionais do Movimento Sindical do PDT. Também está como Presidente do PDT em Resende, RJ.

Servidor público desde 2002, na área de Saneamento e Meio Ambiente.

Atualmente exerce cargos de Diretor Financeiro na Federação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro - FESEP RJ, e na Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ, além de estar como Diretor de Organização na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB.



que está há 13 anos sendo completamente ignorada, da forma mais desrespeitosa que se possa fazer, colocando o país em mora com a ONU e a OIT, sob risco de ação de inconveniência. Convenção esta que ano passado foi reconhecida na OIT como regra que compõe o rol dos direitos humanos, o que só ratifica sua autoaplicação. Enquanto isso temos um mar de exemplos de leis e decisões judiciais do mundo do trabalho que trazem como regra constante “não se aplica aos servidores públicos” ...Por isso está claro que precisamos construir uma espécie de “CLT do servidor público”.

Precisaremos muito do empenho de nosso partido e do apoio de quem ocupa espaço de governo, e de mandato legislativo, dos representantes do judiciário, e sobretudo do movimento sindical, de todas Centrais Sindicais, que esperamos que abracem esse conceito, para podermos transformar esse projeto em realidade.

A partir daqui, sempre que se falar em serviço público no Brasil, nos falaremos em Marco Regulatório. Sabemos que já há contraofensiva sendo preparada para nós combater, já há grupos a quem agora interesse mais andar com a negociação coletiva no serviço público porque sai mais barato do que ter que aprovar todo um Marco Regulatório, há quem diga que o Movimento Sindical só quer definir seu financiamento. Mas nada disso nos demovera a ideia da criação desde Marco Regulatório, porque é urgente, é necessário, é justo!



Um estado só é forte quando suas instituições democráticas são fortes! E o maior ativo do estado é o trabalhador que leva suas políticas a população.

Construímos o texto base que irá nortear

politicamente a elaboração do regramento jurídico sobre o nosso Marco Regulatório. O texto que inicia essa construção, moldado a muitas mãos e corações, e agora é necessário envolve nosso partido, nossos parlamentares, nossos militantes, em cada cidade deste país, para avançarmos nesta luta.

“O MRSP é a verdadeira reforma administrativa que o Brasil precisa”

Ao Partido Democrático Trabalhista, que sempre teve como estandarte a defesa do trabalhismo, a defesa do nacionalismo, do serviço público de qualidade para o cidadão e o respeito entre a classe trabalhadora e os mais humildes, cabe agora encampar esta luta que muda a cara do Brasil, muda a relação do servidor para com o Estado e a relação do Estado para com a população.

Lograr êxito com a aprovação desse Marco Regulatório será fortalecer os conceitos constitucionais, trabalhistas, nacionalistas e patrióticos, e ratificar o conceito de “cidadã” da nossa constituição, que por muito pouco não foi esmagada por abutres que ocuparam o poder.

Será para o estado o resgate da força dos seus trabalhadores, fortalecendo as instituições e a democracia, e entregando melhores condições de prestarmos os melhores serviços à população. Será tirar o Brasil da vergonhosa posição de mora junto aos órgãos internacionais, e começar a humanizar as relações de trabalho, abandonando um histórico que envergonha nossa história.

Mas essa luta não será fácil, nunca foi! Mas aprendemos com grandes políticos, como Darcy Ribeiro e Leonel Brozola, a nunca fugir de ser audaz, revolucionário, utópico e progressista, pois só assim se muda o mundo. Não fugiremos a luta!

ENFERMAGEM

O PISO QUE VIROU TETO

ELAINE FONTES LEÃO

Muitos servidores da área de saúde no Brasil seguem lutando por justiça em relação ao pagamento do piso salarial da enfermagem. Com a alteração realizada pelo STF, os trabalhadores continuam lutando por uma justa valorização salarial para essa categoria tão aguerrida e tão aplaudida durante a pandemia, mas sem a devida valorização.

A enfermagem é uma profissão essencial para a saúde e bem-estar da população, por isso valorizar esses profissionais é fundamental para garantir a qualidade do serviço prestado aos pacientes. A enfermagem atua da atenção básica até os hospitais de grandes complexidades e não pode mais ser vista como profissão secundária como acontece em alguns municípios e Estados no Brasil.

A efetivação do piso salarial nacional beneficia não só os profissionais, mas toda a sociedade brasileira, pois pode evitar que os profissionais de saúde façam excesso de plantões extras para complementar a renda, o que compromete a saúde física e mental. Quando esses profissionais não estão bem, automaticamente a população acaba sentindo esses reflexos da sobrecarga de trabalho.

Não há dados oficiais sobre quantas pessoas trabalharam na linha de frente no combate à pandemia de Covid-19, mas o que se sabe é que mais de 4,5 mil profissionais de saúde morreram no Brasil e 70% eram auxiliares ou técnicos de enfermagem e 24% eram enfermeiros e isso reproduz a divisão social do trabalho em geral nas formações sociais capitalistas e, de modo mais exacerbado, nas sociedades de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. É um processo de trabalho bastante marcado por desigualdades relativas à remuneração, condições e relações de trabalho.

Sempre lutamos e defendemos o pagamento do piso na sua integralidade, conforme definido pela lei 14.434/2022, tanto para trabalhadores do setor público, quanto do privado. Nossa luta continuará até que os valores

cheguem nos contracheques dos profissionais.

Sabemos que a decisão deste Supremo Tribunal Federal, atendendo a pedido de entidade patronal ligada aos grandes planos de saúde, de vincular o piso salarial nacional a 44 horas semanais, contribui para reduzir a eficácia social da lei aprovada, transformando na verdade, o piso em teto. Portanto, é fundamental que a enfermagem esteja unida e organizada para lutar pelos seus direitos e demandas, junto dos sindicatos.

Reforçamos a importância da luta de classes e a necessidade de formação na base, pois com conhecimento, força e união construiremos um Brasil mais justo e igualitário.

Elaine Fontes Leão é presidente do Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Campos dos Goytacazes - SIPROSEP, servidora pública da área da saúde. Membro do Movimento Sindical do PDT RJ.

Atua também como Diretora Executiva na Federação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro - FESEP RJ, e na Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ.



PREVIDÊNCIA

Ministério do lado do povo!

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse no fim de novembro que deve haver uma nova redução nos juros do consignado do INSS. “Nós anunciamos um teto, que é 1,84%, e vai baixar”, afirmou durante o programa “Bom dia, ministro”. O limite atual dos juros do consignado foi aprovado no começo de outubro pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Segundo Lupi, uma das preocupações da pasta é com a falta de educação financeira. Ele lembrou ainda que na plataforma online “Meu INSS”, tem “todas as taxas de todos os 27 bancos que fazem empréstimo consignado para a pessoa fazer a comparação”.

“Hoje tem bancos que cobram 1,40% a 1,45% por mês [taxas], que dá ao ano em torno de 21% a 22% — o que é uma taxa razoável. Então compare. Se o banco está cobrando demais — o teto hoje é 1,84% e muitos bancos só cobram o teto —, vá para um banco que está cobrando 1,45%. Parece besteira, mas no final é juros sobre juros”, disse Lupi.

O Ministro defende que juros do consignado acompanhem queda da Selic: “Nossa intenção é fixar essa taxa como referência para, cada vez que o Banco Central diminuir a taxa, a gente acompanhar a mesma proporcionalidade nas taxas do sistema de consignado”.

Lupi também afirmou aos deputados que, quando assumiu a pasta, encontrou uma fila de espera do INSS de 1,8 milhão de pedidos de benefícios. Agora, segundo ele, está em cerca de 1,650 milhão de requerimentos.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou na semana passada ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria programa para reduzir a fila da Previdência Social.

Em um marco histórico, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, em outubro de 2023, uma redução significativa nas taxas de juros dos empréstimos consignados para beneficiários do INSS. Esta decisão, alinhada com a recente diminuição da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), não apenas beneficia empresas e cidadãos dependentes desses empréstimos, mas também tem um impacto positivo nas compras de fim de ano, um momento crucial para o mercado.

Além disso, em um movimento para aumentar a transparência e facilitar a escolha do melhor serviço financeiro para os beneficiários do INSS, as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras no Brasil agora estão disponíveis no portal do INSS e no aplicativo Meu INSS. Esta iniciativa oferece aos segurados a oportunidade de fazer a portabilidade do empréstimo, escolhendo a taxa mais vantajosa antes de contrair um empréstimo.

Com isso, o ministro declarou que espera que, até o fim de dezembro, seja possível “enquadrar todos esses pedidos prazo máximo permitido por lei que é de 45 dias.”



Ele explicou que, além da fila, tem recebido mais pedidos de benefícios por mês. Em agosto, por exemplo, foram protocolados 1 milhão de requerimentos, o que é um recorde.

Carlos Lupi, afirmou também que em 2024 o Conselho Nacional de Previdência começará a discutir “correções” na reforma aprovada pelo Congresso em 2019. Um dos pontos criticados pelo ministro e que, segundo ele, precisa ser revisto, é a chamada “pensão por morte”, que reduz a 60% o benefício quando há falecimento do cônjuge.

Se você é mulher e perde o seu esposo, companheiro, parceiro, vai receber 60% da renda dele. É justo? O Conselho Nacional da Previdência Social, com representantes dos banqueiros, do governo, da sociedade civil, sindicatos, quer discutir os pontos da reforma que precisam ser corrigidos. Isso deve começar a ser discutido no próximo ano - afirmou.

Esse dinheiro circula mais do que o do fundo de participação municipal. É um dinheiro que volta, quando há uma compra, isso volta para o governo em impostos, alimenta a economia. É um círculo virtuoso.

APOSENTADOS

SINDNAPI reforça Projeto de Lei que prevê adicional de aposentadoria

MILTON CAVALO

A proposta 1.468, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), modifica a lei 8.213, de 1996, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, para criar o quinquênio dos aposentados. O objetivo é minimizar a defasagem no reajuste dos benefícios do INSS na comparação com o salário-mínimo. O projeto tem o apoio das Centrais e do sindicalismo.



Centrais, Confederações, Federações, Sindicatos e Associações manifestaram apoio ao PL em evento dia 23/11, na sede do Sindnapi

A proposta 1.468, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), modifica a lei 8.213, de 1996, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, para criar o quinquênio dos aposentados. O objetivo é minimizar a defasagem no reajuste dos benefícios do INSS na comparação com o salário-mínimo. O projeto tem o apoio das Centrais e do sindicalismo.

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos –

Sindnapi realizou, dia 23/11, mobilização pela aprovação de Projeto de Lei 1.468, de 2023, que garante a criação de um adicional de 5% nas aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a cada cinco anos.

Para o presidente do Sindnapi, Milton Cavallo, embora o cenário de aprovação de uma proposta do tipo seja difícil com a composição do atual Congresso, a medida é uma iniciativa que coloca o idoso no foco da



Milton Baptista de Souza Filho, Milton Cavalo, é presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas e Idosos – Sindnapi, diretor-presidente da Sicoob CredMetal, do Centro de Memória Sindical e tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Na política, Milton Cavalo é presidente nacional do Movimento Sindical do PDT, presidente do PDT Osasco e coordenador da macrorregião Oeste.

economia, debate que precisa ser travado com o envelhecimento da população.

A proposta 1.468, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), modifica a lei 8.213, de 1996, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, para criar o quinquênio dos aposentados. O objetivo é minimizar a defasagem no reajuste dos benefícios do INSS na comparação com o salário-mínimo.

O salário mínimo é o piso das aposentadorias. Desde que assumiu seu terceiro mandato no início de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem garantido aumento acima da inflação para o mínimo.

Com isso, aposentados que ganham o piso recebem reajuste maior do que os demais beneficiários. No caso de quem recebe aposentadoria, pensão e outros benefícios acima do salário mínimo até o teto previdenciário, hoje em R\$ 7.507,49, a correção no benefício é a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O projeto de Mattos não faz diferenciação entre quem ganha o piso e quem recebe benefício maior. Na prática, se aprovada, a medida garantiria o abono de 5% a cada cinco anos a todos os beneficiários do INSS. O deputado baseou seu projeto na proposta que prevê quinquênio para juízes e membros do Ministério Público, de adicional de 5% a cada cinco anos para a categoria.

“O CNJ [Conselho Nacional de Justiça]

decidiu que os juízes podem ter quinquênio e eles já estão reivindicando 15 anos para trás. Nós não queremos nada atrasado, queremos daqui para frente”, diz.

Milton Cavalo defende a proposta como uma forma de movimentar a economia, já que, segundo dados apresentados durante o lançamento da campanha, 70% dos municípios têm como principal renda a dos aposentados. “A campanha é para sensibilizar os aposentados do Brasil todo. O que é importante é que todo esse reajuste a mais vem para o aposentado. Na maioria dos municípios —70%—, quem faz gerar a economia é o dinheiro dos benefícios desses aposentados”, diz.

“Quando você implementa, aumenta o valor, isso consequentemente aumenta o consumo e melhora a economia. Eu vejo com bons olhos, mas vai depender das pressões. Por isso, vamos intensificar nossas articulações em Brasília, com visitas aos gabinetes. Também orientamos a todos que conversem com parlamentares da base, para que esse projeto avance e finalmente seja aprovado”, conclama Milton Cavalo.

O movimento conta com o apoio das representações de aposentados da Força Sindical, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da UGT (União Geral dos Trabalhadores), da Intersindical e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), Federações, Sindicatos e Associações.

Direito, Sindicalismo, Literatura & Trabalhismo...

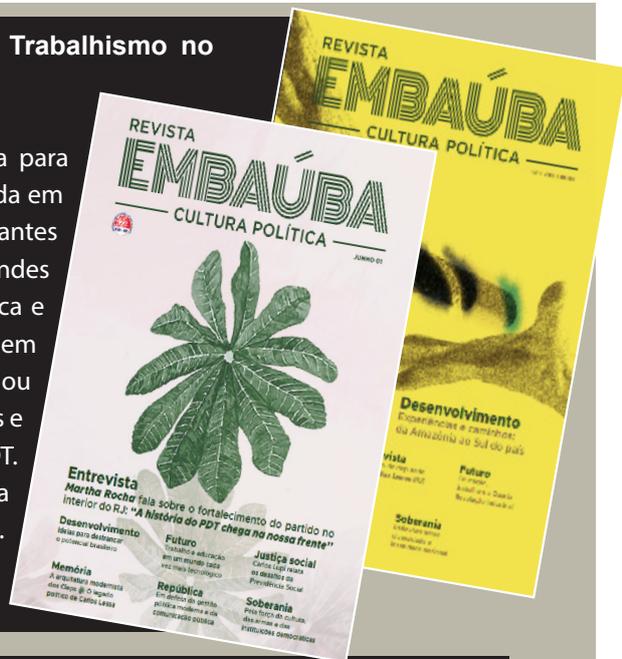


Revista apresenta os principais debates do Trabalhismo no Brasil

A Revista Embaúba – Cultura Política foi fundada para aprofundar e enriquecer o debate de ideias trabalhistas. Lançada em Junho de 2023, a revista é aberta a contribuições de todos os quadros, militantes e aliados do Trabalhismo. Toda edição abrange cinco editorias sobre os grandes temas da política nacional: Justiça Social, Desenvolvimento, Futuro, República e Soberania. Traz ainda uma entrevista e uma seção de Memória. Os leitores podem contribuir enviando mensagens e comentários sobre os artigos publicados, ou podem enviar seus próprios textos. A Embaúba quer receber textos opinativos e argumentativos. É um esforço de institucionalização do debate de ideias do PDT. Ideias são aquilo que o Trabalhismo tem de maior força, e por isso a Embaúba pretende ser um instrumento para construir e elevar essas ideias para o futuro.



@revistaembauba/



Guto Queiróz, Doutor em direito, advogado, especializado em direito trabalhista e Presidente do Movimento Sindical do PDT Cabo Frio, lançou recentemente o livro "A PERDA DE FORÇA SINDICAL APÓS A REFORMA TRABALHISTA: UM ESTUDO DO RETROCESSO" que apresenta um recorte histórico, construído sob dados claros, que nos leva a reflexão quanto a necessidade de reequilibrar a balança social recuperando direitos dos trabalhadores

Quem quiser adquirir o livro ou entrar em contato com o escritor pode buscar contato nas redes sociais.



@gutoqueiroz83



Rian Santana lançou recentemente seu primeiro livro baseado nas suas ações e experiências a partir de sua atuação como Assessor Jurídico junto ao Sindicato dos Servidores Civis do Ministério da Defesa - SINFA.

Seu primeiro livro chamado "A VIOLAÇÃO AO DIREITO DA APOSENTADORIA ESPECIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS" foi lançado em outubro de 2023, e nos tras uma exposição de uma violação de direito, sob o aspecto previdenciário, de grande impacto na vida dos servidores públicos.

Quem quiser adquirir o livro ou entrar em contato com o escritor pode buscar contato nas redes sociais.



@riansantanna



O PUNHO E A ROSA

Curadoria, edição e design:

Eduardo Chamarelli e Luiz Carlos Serafim

Jornalista responsável: Lucas Cardoso Alvares

SEDE ESTADUAL

Rua Sete de Setembro, 141 – Centro – RJ

Telefone: (21) 3095-1212

E-mail: pdtsindicalrj@gmail.com

"Nossos caminhos são pacíficos, nossos métodos democráticos, mas se nos tentam impedir só Deus sabe nossa obstinação."

Leonel de Moura Brizola.